

**DESPESAS DOS ENTES FEDERADOS
COM EDUCAÇÃO E SAÚDE**

François E. J. de Bremaeker

Maricá – novembro de 2023

DESPESAS DOS ENTES FEDERADOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo.

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

Presidente do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ) de 2012 a 2019

(bremaeker@gmail.com)

A partir dos dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o ano de 2022, verifica-se que o comportamento das despesas dos três entes federados é muito diferente se observadas as despesas pelas funções.

Em estudo anterior foi analisado o comprometimento das despesas dos três entes federados com as funções encargos especiais e previdência social.

No presente estudo será analisado o comprometimento das despesas municipais com as funções “educação” e “saúde”.

As despesas com a função educação realizada pelos entes englobam as seguintes ações/subfunções: ensino fundamental; educação infantil; educação básica; educação especial; ensino superior; educação de jovens e adultos; ensino médio; ensino profissional; administração geral; e demais subfunções.

As despesas com a função saúde realizada pelos entes englobam ações referentes a: assistência hospitalar e ambulatorial; atenção básica; suporte profilático e terapêutico; vigilância epidemiológica; vigilância sanitária; alimentação e nutrição; administração geral; e outras subfunções.

Os dados de 2022 mostram que o Governo Federal dispunha de um total de recursos “per capita” de R\$ 20.976,71 para aplicar por habitante. Deduzidas as despesas efetuadas com as funções encargos especiais e previdência social, restaram para aplicação R\$ 4.246,87, ou seja, 20,25% do total das despesas, correspondendo a um montante de R\$ 862.457.410.948,00. Os recursos aplicados nas funções educação e saúde somaram R\$ 270.983.141.867,00, equivalentes a 6,361% das suas despesas, correspondendo a um valor per capita de R\$ 1.334,36. Em educação foram aplicados R\$ 117.752.504.318 (2,764% das despesas e um valor per capita de R\$ 579,83) e na área da saúde foram aplicados R\$ 153.230.637.549,00 (3,597% das despesas e um valor per capita de R\$ 754,53).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Os Governos dos Estados e do Distrito Federal dispunham de um total de recursos “per capita” de R\$ 6.223,89 para aplicar por habitante. Deduzidas as despesas efetuadas com as funções encargos especiais e previdência social, restaram para aplicação R\$ 4.301,05, ou seja, 69,11% do total das despesas, correspondendo a um montante de R\$ 873.460.727.033,00. Os recursos aplicados nas funções educação e saúde somaram R\$ 335.857.792.832,00, equivalentes a 26,572% das suas despesas, correspondendo a um valor per capita de R\$ 1.653,81. Em educação foram aplicados R\$ 182.158.921.244,00 (14,412% das despesas e um valor per capita de R\$ 896,98) e na área da saúde foram aplicados R\$ 153.698.871.588,00 (12,160% das despesas e um valor per capita de R\$ 756,84).

Os Municípios dispunham de um total de recursos “per capita” de R\$ 4.708,26 para aplicar por habitante. Isto corresponde a uma despesa da ordem de R\$ 1.063.403.146.100,00. Destes recursos, nada menos que R\$ 107.245.349.434,00 foram dispendidos com pagamentos previdenciários e de encargos. Isto representa uma conta equivalente a R\$ 535,53 a ser pago por habitante. Ou seja, a despesa com previdência e encargos consome nada menos que 10,09% das despesas dos governos municipais.

O conjunto dos Municípios passou a dispor de um total de recursos “per capita” de R\$ 4.708,26 para aplicar por habitante. Isto corresponde a uma despesa da ordem de R\$ 956.157.796.666,00. Destes recursos um montante de R\$ 524.648.310.802,00 foi aplicado nas funções educação e saúde, representando 49,337% do total das suas despesas, ou um valor per capita de R\$ 2.619,79 no ano. Em educação foram aplicados R\$ 275.869.775.653,00, ou seja, 25,942% do total das despesas municipais (R\$ 1.377,53 por habitante no ano) e aplicados na área da saúde R\$ 248.778.535.149,00, correspondendo a 23,395% das despesas municipais e R\$ 1.242,26 por habitante/ano.

Em resumo, o montante de recursos públicos que foram gastos pelos entes federados somou R\$ 6.587.320.840.674,00, o equivalente a R\$ 32.510,62 por habitante em 2022. Destes recursos R\$ 3.895.244.906.027,00 foram gastos com o pagamento de encargos, o equivalente a R\$ 19.178,21 por habitante no ano ou 59,13% das despesas públicas.

Isto significa dizer que apenas 40,87% dos dinheiros públicos foram aplicados em benefício da população: 20,25% das despesas do governo federal, 69,11% das despesas dos Governos dos Estados e do Distrito Federal e, 89,91% das despesas dos governos municipais.

As despesas efetuadas nas funções educação e saúde pelos 3 entes somaram R\$ 1.131.489.245.501,00, correspondendo a 17,177% dos recursos públicos, sendo 6,361% do total das despesas do governo Federal; 26,572% dos governos estaduais e do Distrito Federal; e 49,337% dos governos municipais.

A situação dos Estados e do Distrito Federal

A média de gastos do conjunto dos Governos dos Estados e do Distrito Federal com as funções **educação e saúde** representava 26,572% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 1.653,81 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: todos os da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins); 8 dos 9 Estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); apenas o Espírito Santo na região Sudeste; Paraná e Santa Catarina na região Sul; e Goiás e o Distrito Federal na região Centro-oeste.

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Norte e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 6 dos 7 Estados da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins); apenas Sergipe na região Nordeste; Espírito Santo e São Paulo na região Sudeste; Santa Catarina na região Sul; e todas as unidades da região Centro-oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

Em relação às despesas efetuadas na função **educação**, a média de gastos do conjunto dos Governos dos Estados e do Distrito Federal com a função representava 14,412% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 896,98 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 5 dos 7 da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá); 8 dos 9 Estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); apenas o Espírito Santo na região Sudeste; Paraná e Santa Catarina na região Sul; e Goiás e o Distrito Federal na região Centro-oeste.

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Norte e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 6 dos 7 Estados da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins); apenas Sergipe na região Nordeste; Espírito Santo e São Paulo na região Sudeste; Santa Catarina na região Sul; e todas as unidades da região Centro-oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal).

Em relação às despesas efetuadas na função **saúde**, a média de gastos do conjunto dos Governos dos Estados e do Distrito Federal com a função era de 12,160% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 756,84 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: todos os da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins); todos os Estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); apenas o Espírito Santo na região Sudeste; nenhum Estado na região Sul; e Goiás e o Distrito Federal na região Centro-oeste.

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Norte e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 6 dos 7 Estados da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins); 4 dos 9 Estados na região Nordeste (Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe); Espírito Santo na região Sudeste; Santa Catarina na região Sul; e todas as unidades da região Centro-oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

PLANILHA 1

PARTICIPAÇÃO E VALORES PER CAPITA DAS DESPESAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NAS FUNÇÕES EDUCAÇÃO E SAÚDE EM 2022

UFs	EDUCAÇ + SAÚDE		EDUCAÇÃO		SAÚDE	
	%	P/C	%	P/C	%	P/C
TOTAL	26,572	1.653,81	14,412	896,98	12,160	756,841
Norte	31,450	2.203,73	16,378	1.147,63	15,072	1.056,10
Nordeste	29,920	1.432,86	14,720	704,96	15,199	727,90
Sudeste	23,793	1.628,76	13,808	945,27	9,984	683,49
Sul	26,315	1.505,45	14,122	807,89	12,193	697,56
C.-Oeste	28,039	2.212,44	15,036	1.186,43	13,003	1.0026,02
RO	33,289	2.592,06	17,863	1.392,95	15,425	1.201,11
AC	36,510	4.275,66	21,292	2.493,53	15,218	1.782,13
AM	31,397	2.318,87	16,699	1.233,32	14,698	1.085,55
RR	39,111	4.328,10	18,356	2.031,28	20,755	2.296,83
PA	27,013	1.277,55	14,106	667,13	12,907	610,43
AP	39,675	4.018,05	21,186	2,145,62	18,489	1.872,42
TO	32,515	3.132,73	14,177	1.365,89	18,338	1.766,84
MA	30,699	1.080,11	15,336	539,58	15,363	540,52
PI	30,599	1.644,94	14,229	764,95	16,369	880,00
CE	31,285	1.242,97	14,676	583,07	16,610	659,90
RN	25,271	1.347,10	13,017	693,88	12,254	653,21
PB	34,815	1.399,65	21,594	868,14	13,221	531,52
PE	26,608	1.624,16	12,422	705,22	16,186	918,94
AL	27,887	1.419,90	12,542	638,62	15,344	781,28
SE	31,270	1.862,98	14,230	847,76	17,040	1.015,22
BA	30,024	1.513,39	15,773	795,04	14,251	718,35
MG	24,272	1.376,55	13,817	783,59	10,455	592,96
ES	30,747	1.827,43	13,264	788,35	17,483	1.039,08
RJ	19,641	1.152,21	9,705	569,34	9,936	582,88
SP	24,302	1.900,53	14,954	1.169,49	9,348	731,04
PR	32,010	1.617,42	20,134	1.017,35	11,876	600,07
SC	30,030	1.721,55	16,461	943,70	13,568	777,85
RS	19,277	1.236,59	7,680	492,66	11,597	743,94
MS	21,489	1.801,68	11,882	996,20	9,607	805,48
MT	23,999	2.181,34	14,217	1.292,23	9,782	889,11
GO	30,706	1.666,11	15,096	819,15	15,609	846,97
DF	33,459	4.023,16	17,923	2.155,08	15,536	1.868,09

FONTE: Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. 2022

OBS.: Cálculos por François E. J. de Bremaeker

A situação dos Municípios

A média de gastos do conjunto dos Municípios com as funções **educação e saúde** representava 49,337% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 2.619,79 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Norte e Nordeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 4 dos 7 Estados da região Norte (Acre, Amazonas, Pará e Tocantins); todos os Estados na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); 3 dos 4 Estados da região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo); nenhum Estado na região Sul; e Mato Grosso do Sul e Goiás na região Centro-oeste.

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Sudeste e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 1 dos 7 Estados da região Norte (Tocantins); 3 dos 9 Estados na região Nordeste (Maranhão, Piauí e Alagoas); 2 dos 4 Estados na região Sudeste (Minas Gerais e São Paulo); Santa Catarina na região Sul; e 2 dos 3 Estados da região Centro-oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso).

Em relação às despesas efetuadas na função **educação**, a média de gastos do conjunto dos Municípios com a função representava 25,942% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 1,377,53 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Norte e Nordeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 6 dos 7 da região Norte (Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins); todos os Estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); Espírito Santo e São Paulo na região Sudeste; apenas Santa Catarina na região Sul; e Mato Grosso do Sul e Mato Grosso na região Centro-oeste.

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Norte e Nordeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 3 dos 7 Estados da região Norte (Roraima, Pará e Tocantins); 5 dos 9 Estados na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas e Bahia); Espírito Santo e São Paulo na região Sudeste; Santa Catarina na região Sul; e Mato Grosso do Sul e Mato Grosso na região Centro-oeste.

Em relação às despesas efetuadas na função **saúde**, a média de gastos do conjunto dos Governos dos Estados e do Distrito Federal com a função era de 23,395% do total das suas despesas, correspondendo a um comprometimento de R\$ 1.242,26 por habitante ano.

A média nacional na participação dos gastos é superada para o conjunto dos Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: 1 dos 7 Estados da região Norte (Rondônia); 4 dos 9 Estados do Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba); 3 dos 4 Estados na região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); Paraná e Rio Grande do Sul na região Sul; todos os Estados na região Centro-oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás).

Em relação às despesas per capita o valor médio é ultrapassado nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste. Individualmente, os Estados que superam a média nacional são: nenhum dos 7 Estados da região Norte; 1 dos 9 Estados na região Nordeste (Rio Grande do Norte); 3 dos 4 Estados na região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); Paraná e Rio Grande do Sul na região Sul; e Mato Grosso do Sul e Mato Grosso na região Centro-oeste.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

PLANILHA 2

PARTICIPAÇÃO E VALORES PER CAPITA DAS DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NAS FUNÇÕES EDUCAÇÃO E SAÚDE EM 2022

UFs	EDUCAÇ + SAÚDE		EDUCAÇÃO		SAÚDE	
	%	P/C	%	P/C	%	P/C
TOTAL	49,337	2.619,79	25,942	1.377,53	23,395	1.242,26
Norte	52,224	2.352,36	31,789	1.431,89	20,435	920,48
Nordeste	56,851	2.470,04	33,100	1.438,14	23,750	1.031,90
Sudeste	47,060	2.796,96	23,159	1.376,44	23,901	1.420,52
Sul	44,729	2.527,05	22,593	1.276,43	22,136	2.527,05
C.-Oeste	48,225	2.666,23	23,426	1.293,22	24,799	2.662,23
RO	49,072	2.420,63	25,298	1.247,89	23,774	1.172,74
AC	50,153	1.809,14	36,700	1.143,50	18,453	665,64
AM	51,640	2.194,70	31,144	1.323,62	20,496	877,08
RR	47,6206	2.389,78	29,166	1.463,49	18,460	926,29
PA	57,084	2.447,37	36,120	1.548,57	20,964	898,80
AP	43,171	1.762,45	28,301	1.155,39	14,870	607,06
TO	52,405	2.750,58	29,704	1.559,08	22,701	1.191,50
MA	66,847	2.837,02	43,893	1.862,81	22,955	974,20
PI	60,861	2.714,53	33,413	1.490,27	27,449	1.224,26
CE	60,580	2.558,22	34,361	1.451,02	26,219	1.107,20
RN	56,560	2.497,71	27,040	1.194,11	29,520	1.303,61
PB	57,920	2.445,05	30,699	1.295,92	27,221	1.149,13
PE	52,668	1.981,42	30,110	1.132,76	22,558	848,66
AL	55,669	2.742,72	32,495	1.600,96	23,174	1.141,75
SE	52,465	2.096,65	30,167	1.205,57	22,298	891,08
BA	57,751	2.494,40	34,902	1.507,50	22,849	986,90
MG	54,727	2.882,16	23,898	1.258,59	30,828	1.623,57
ES	49,822	2.386,62	30,220	1.447,63	19,602	938,98
RJ	45,872	2.545,24	20,151	1.118,08	25,721	1.427,16
SP	49,465	2.883,99	26,040	1.518,20	23,426	1.365,79
PR	48,838	2.479,04	23,975	1.216,99	24,863	1.262,06
SC	48,096	2.708,24	26,245	1.477,82	21,851	1.230,42
RS	46,039	2.450,83	22,507	1.198,11	23,533	1.252,73
MS	51,548	3.276,15	23,906	1.519,34	27,642	1.756,80
MT	49,296	2.941,90	23,9025	1.427,79	25,371	1.514,11
GO	49,531	2.277,37	24,687	1.135,11	24,843	1.142,27

FONTE: Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. 2022

OBS.: Cálculos por François E. J. de Bremaeker

Recursos disponíveis para as demais despesas

Conforme foi visto no presente estudo (despesas nas funções educação e saúde) e em estudo anterior sobre as despesas nas funções encargos especiais e previdência social, apenas 40,87% dos dinheiros públicos estavam disponíveis para serem aplicados em outras ações e/ou atividades pelos entes federados: 13,884% das despesas do governo federal, 42,533% das despesas dos governos dos estaduais e do Distrito Federal e, 40,578% das despesas dos governos municipais.

Em valores absolutos, deduzidas as despesas com encargos especiais, previdência social, educação e saúde o montante de recursos disponíveis para aplicação nas demais funções são relativamente muito próximos para os três entes da federação: R\$ 591.474.269.081,00 para o Governo Federal; R\$ 537.602.934.201,00 para os Estados e o Distrito Federal; e R\$ 431.509.485.864,00 para os Municípios

Em valores per capita os entes tiveram para aplicar nas demais ações ou atividades R\$ 2.912,51 pelo Governo Federal; R\$ 2.674,24 pelos governos estaduais e pelo Distrito Federal; e R\$ 2.124,82 pelos governos municipais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Siconfi.tesouro.gov.br. (2022)

BREMAEKER, François E. J. de. **Comprometimento das despesas dos entes com encargos e previdência.** Observatório de Informações Municipais, Maricá, 2023. 10p.

François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo
- Gestor do Observatório de Informações Municipais
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo
- Foi membro do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), desde 2010, sendo eleito Presidente entre 2012 e 2019
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado)
- Foi consultor da Associação Transparência Municipal de agosto de 2008 a outubro de 2013
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Consultor da Associação Brasileira de Prefeituras (ABRAP)
- Consultor-palestrante da Oficina Municipal
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, recebendo os prêmios de DESTAQUE ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol dos legislativos municipais e em 2003, pelo trabalho desenvolvido em defesa do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- Foi articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- Foi articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP)
- Tem artigos publicados em diversos veículos de comunicação e sítios na Internet
- Foi membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), representando a Associação Transparência Municipal
- Participou em reunião do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade
- Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ) de 2010 a 2012, quando o Conselho foi desativado
- Foi Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), representando a Associação Transparência Municipal